3091 Rio de Janeiro, abril de 2025

SUMÁRIO EXECUTIVO

GEOECONOMIA E PROTECIONISMO: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Michelle Márcia Viana Martins
Professora no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV).
E-mail: michelle.viana@ufv.br.

Marcelo José Braga Nonnenberg
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplica (Dinte/Ipea). *E-mail*: marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br.

DOI: https://dx.doi.org/10.38116/td3091-port

Este *Texto para Discussão* examina o panorama geoeconômico posterior à nova eleição de Donald Trump em 2025, com a intenção de avaliar como as tarifas propostas e o protecionismo afetam diversas frentes. O objetivo é demonstrar que a elevação de barreiras comerciais produz impactos amplos em termos de cadeias globais de valor, segurança alimentar, transição energética e estabilidade diplomática, ao mesmo tempo que altera compromissos climáticos já estabelecidos.

A intensificação do protecionismo ocorre em um contexto no qual os Estados Unidos e a China ocupam posições geopolíticas importantes, mas outros atores, como a União Europeia, países do BRICS[1] e parceiros regionais, também adotam medidas para defender seus interesses. Em meio a esse cenário, a volatilidade de preços e fluxos comerciais desponta como desafio recorrente.

O agronegócio aparece como um setor particularmente vulnerável, pois tarifas sobre insumos e reorientações do comércio internacional influenciam custos de produção e o acesso a mercados. Disputas tarifárias anteriores já mostraram que produtores podem perder fatias de compradores estratégicos, enquanto outras regiões, como América Latina e África, podem receber maior atenção de importadores antes focados nos Estados Unidos.

Nos setores ligados ao clima, a reversão de acordos ambientais e a imposição de tarifas a tecnologias limpas retrasam a difusão de fontes energéticas menos poluentes, além de estimular novas tensões em torno da extração de minerais críticos. A busca por independência de combustíveis fósseis e a proteção de cadeias de valor verdes esbarram na dispersão de fornecedores e na dificuldade de coordenação internacional. Essa situação, para o Brasil, é ambígua. O país pode ampliar seu comércio em itens agrícolas cuja demanda cresce em mercados que se afastam dos Estados Unidos, a exemplo das exportações de soja e carnes para a China. Em contrapartida, a vulnerabilidade diante de insumos importados encarece a produção e dificulta a previsão de receitas, somando-se aos riscos climáticos que já afetam a competitividade. Ademais, a possibilidade de novos embargos a produtos brasileiros ou de exigências ambientais mais rígidas por parte de grandes compradores mantém uma margem de incerteza para o agronegócio nacional.

1 Acrônimo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

SUMEX

O avanço do protecionismo e a guinada cética dos Estados Unidos em temas climáticos sugerem que a coordenação comercial e o investimento em práticas de produção sustentáveis tendem a se tornar prioridades para países que pretendem assegurar inserção competitiva e equilibrar os potenciais ganhos de mercado com a instabilidade gerada por retaliações e disputas de poder.